



## **BOLETIM 784**

**Brasília, 8 de maio de 2019**



# **MOBILIZAÇÃO EM DEFESA DA CONSTRUÇÃO CIVIL E DOS EMPREGOS!**

Os últimos indicadores econômicos sobre o setor da construção civil são verdadeiramente trágicos. Perdemos, ao longo dos últimos cinco anos, pelo menos, 1,5 milhão de empregos, além dos que foram lançados na informalidade ou, mais precisamente, no trabalho precário sem qualquer direito.

Ao longo desses anos, a CONTRICOM, ao lado de demais setores da sociedade, tem reiterado e alertado sobre a importância do segmento da construção na retomada do crescimento econômico, e na geração de emprego e renda, por se tratar de um dos ramos mais dinâmicos de nossa indústria, com uma cadeia produtiva ampla e complexa, com capacidade de responder rapidamente ao desafio do desenvolvimento.

Infelizmente, os governos pouco ou nada fizeram nesse período. Muito pelo contrário, os investimentos públicos no setor foram paralisados e, até mesmo, programas como o *Minha Casa, Minha Vida*, recentemente, foram praticamente desidratados pelo atual governo.

No setor privado, as notícias também não são boas, pois, historicamente, os investimentos privados só se animam quando os públicos assumem o protagonismo econômico.

O resultado não poderia ser mais desastroso: menos emprego para trabalhadores de baixa renda, mais desigualdade social, miséria e concentração de renda.

A reação de representantes do empresariado à crise que vive o setor é um reflexo desse quadro crítico que estamos atravessando. Membros do SINDUSCON-SP, um dos sindicatos patronais mais poderosos do país do setor, chegaram a afirmar que, para eles, o ano de 2019 já terminou, quando mal saímos do primeiro quadrimestre. E foram mais longe ao afirmar que não acreditam na panaceia da “reforma” da Previdência Social como solução para a retomada do crescimento e a recuperação dos postos de trabalho.

Finalmente, uma luz no fim do túnel, que deve estimular a aliança entre os trabalhadores e o setor produtivo na defesa de um segmento estratégico ao desenvolvimento nacional, cuja estagnação só beneficia o setor financeiro, parasitário na atual realidade do país.

A CONTRICOM vai persistir sua luta pela retomada do crescimento econômico do setor como uma das poucas alternativas que temos diante de um cenário tão desfavorável, com a geração de empregos e a preservação de direitos. Vamos, por outro lado, continuar combatendo a informalidade e os contratos precários que arrancam direitos dos trabalhadores, comprometendo instituições como o FGTS e a Previdência que, agora, o governo pretende implodir.

Nunca foi tão necessário e indispensável lutar pelo emprego dos trabalhadores da construção e, nessa direção, conclamamos todas nossas entidades filiadas, sindicatos e federações, pois, em última instância, o que está em jogo é a própria dignidade dos trabalhadores.

Brasília, 7 de maio de 2019

**ALTAMIRO PERDONÁ**  
**Presidente**



## FST debate uso das redes sociais na luta sindical

O Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) realizou nesta terça-feira (7), em Brasília, reunião **(foto)** com os dirigentes das Confederações filiadas, para debater pauta com os seguintes assuntos: ações contra a reforma da Previdência; modernização da comunicação sindical; nova portaria sobre registro de entidades. A CONTRICOM compareceu ao encontro e foi representada pelo seu presidente Altamiro Perdoná.

O uso das redes sociais na luta sindical sobressaiu na pauta do dia. Para o coordenador nacional do FST e presidente da CNTEEC, Oswaldo Augusto de Barros, é preciso abandonar os antigos padrões de comunicação. Com o reconhecimento dos presentes sobre essa importância, o trabalho contra a reforma da Previdência será intensificado nas redes, com o objetivo de mostrar o lado negro da proposta e dos temas que afetam os trabalhadores.

Para embasar as ações, foi apresentado pela Contatos Assessoria Parlamentar uma projeção da votação da PEC 6/19, com o detalhamento dos votos e da tramitação da proposta na comissão especial. Aproveitando a oportunidade, o presidente da CONACATE, Antonio Carlos, apresentou um projeto de enfrentamento da reforma nas mídias sociais. Registro sindical apenas por via digital

O governo federal publicou, no último Dia do Trabalhador (1º/5), no Diário Oficial da União, portaria que institui o registro sindical digital (e-Sindical). O objetivo é reduzir a burocracia, dar agilidade à análise dos pedidos e mais transparência ao processo. Com as alterações, o procedimento passa a ser exclusivamente eletrônico.

Para o presidente da CNTA, Artur Bueno de Camargo, é necessário um estudo detalhado dos jurídicos das Confederações sobre a portaria.

*Fonte: FST*

## Governo gastará 40 milhões em publicidade sobre “reforma”

Para convencer a população que a proposta de reforma da Previdência é necessária e acabará com privilégios, o governo Bolsonaro anunciou que gastará R\$ 40 milhões na nova campanha publicitária que fará a defesa da proposta de reforma da Previdência. As propagandas devem ser lançadas na segunda quinzena de maio e serão veiculadas em rádio, televisão, jornais e internet, com o slogan "Nova Previdência, pode perguntar".

**A população que pagará a conta** - Dificilmente será apresentado tal como são os pontos principais da proposta de reforma, como o "benefício de prestação continuada", onde o aposentado deverá continuar pagando até completar 70 anos, após isso, receberá um salário-mínimo de aposentadoria, ou a implantação do "Sistema de Capitalização", onde os benefícios serão pagos baseado nas contribuições feitas pelo próprio trabalhador aos bancos.

A proposta de reforma ainda inclui o aumento da idade mínima para se aposentar, com aumento para homens e mulheres (62 anos para mulheres e 65 anos para homens), com contribuição mínima de 20 anos e ainda há mudança na aposentadoria rural: 60 anos tanto para homens quanto para mulheres, com contribuição de 20 anos. E essa idade mínima vai aumentando.



## Oposição quer mais debate na comissão especial

Partidos de oposição defenderam, nesta terça-feira (7), mais debates sobre a proposta de reforma da Previdência (PEC 6/19) na comissão especial que discute o tema. Os líderes participaram de reunião com o presidente do colegiado, deputado Marcelo Ramos (PR-AM), e propuseram 15 audiências públicas em Brasília e, no mínimo, mais 10 audiências nos estados.

A líder da Minoria, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), afirmou que a oposição quer focar o debate na economia, mas sem deixar de discutir questões temáticas como os benefícios, as mulheres e o modelo de previdência que se quer adotar.

O líder da oposição, deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), afirmou que foi feito um acordo de não obstruir os debates na comissão, que devem acontecer durante maio e junho. Depois disso, deve começar a discussão sobre o parecer do relator, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP).

**A proposta** - A PEC 6/19 pretende alterar o sistema de Previdência Social para os trabalhadores do setor privado e para os servidores públicos de todos os Poderes e de todos os entes federados (União, estados e municípios). A idade mínima para aposentar será de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres. Há regras de transição para os atuais contribuintes.

O texto retira da Constituição vários dispositivos transferindo a regulamentação para lei complementar. O objetivo, segundo o governo, é conter a diferença entre o que é arrecadado pelo sistema e o montante usado para pagar os benefícios. Em 2018, o déficit previdenciário total – setores privado e público mais militares – foi de R\$ 266 bilhões.

*Fonte: Agência Câmara*

## Paim condena troca de votos por cargos em ministérios

O senador Paulo Paim (PT-RS) lamentou nesta terça-feira (7) o teor de notícia publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, de que o governo planeja recriar dois ministérios para conseguir votos favoráveis à reforma da Previdência, na comissão especial que analisa o tema na Câmara dos Deputados.

— Isso aqui é uma forma de comprar votos. Seja na MP [Medida Provisória 871/2019, sobre fraudes no INSS], seja também na reforma da Previdência. Tiveram que fechar ministério e estão abrindo agora. E assumem abertamente que é uma forma de comprar votos — disse o parlamentar.

O parlamentar questionou os reais benefícios que o país terá, caso a reforma da Previdência seja aprovada. Segundo ele, durante a tramitação da reforma trabalhista, o governo afirmou que milhões de empregos seriam criados, mas o que se viu foi o aumento do desemprego. O senador lembrou, que eram 12 milhões de trabalhadores fora do mercado de trabalho e atualmente, são 14 milhões.

— Na reforma da Previdência, eles estão dizendo. Um fala que vai gerar oito, outro fala cinco, outro fala quatro milhões de empregos. Não vai gerar, de novo, um só emprego, porque é interesse de mercado, e mercado é especulação financeira — afirmou.

*Fonte: Agência Senado*



## Centrais contra os cortes nas verbas da Educação

Reunidas no dia 6 de maio de 2019, as Centrais Sindicais – CUT, Força Sindical, CTB, UGT, CSP-Conlutas, CGTB, CSB, NCST, Intersindical Instrumento de Luta e Intersindical Central, declaram-se absolutamente contrárias aos cortes de mais de 30% na educação superior, ensino técnico e ensino básico, anunciados pelo MEC.

Frente às medidas de cortes contra a educação, os estudantes, docentes, professoras e professores do ensino básico e técnico, juntamente com servidores e técnicos administrativos iniciaram inúmeras mobilizações pelo país como, por exemplo, no Colégio Pedro II –RJ, na UFPR (Universidade Federal do Paraná), UFBA (Universidade Federal da Bahia), entre outras instituições de ensino. As Centrais Sindicais declaram total apoio a essas manifestações.

As Centrais Sindicais aproveitam o ensejo para reafirmar seu compromisso e apoio ativo à Greve Nacional da Educação, convocada para o próximo dia 15 de maio.

Vamos juntos à Greve Geral dia 14 de junho de 2019.

Em defesa de nossa aposentadoria. Basta de desemprego!

Fonte: NCST

## MP prevê retirada de acidente de trabalho em percurso do trabalhador

**Relator da medida provisória, o deputado Paulo Martins (PSC-RJ) disse que parecer foi produzido com a equipe econômica**

O governo federal resolveu propor que lesões sofridas por funcionários no percurso de casa para o trabalho ou no retorno à residência não sejam mais consideradas acidente de trabalho. A sugestão consta como alteração da Medida Provisória (MP) antifraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A informação é do jornal Folha de S.Paulo.

O relator da MP, deputado Paulo Martins (PSC-PR), apresentou nesta terça-feira (07/05/2019) seu parecer, defendendo a aprovação do texto. Contudo, ele apresentou alterações à versão original encaminhada ao Congresso pelo Executivo federal. O relatório foi produzido em reuniões com técnicos da equipe econômica do presidente Jair Bolsonaro (PSL).

De acordo com o deputado, já que a reforma trabalhista, aprovada em 2017, não considera como jornada de trabalho o tempo de deslocamento do empregado, a legislação previdenciária tem que se adaptar às novas regras.

O secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, confirmou que o relatório do deputado foi construído junto com a equipe econômica.

“O que o governo apresentou evidentemente foi assinado pelo Executivo. O que está lá [no parecer] é porque o governo apresentou o projeto”, disse Marinho.

Fonte: 24Horasnews

## DIEESE: cesta básica em 18 capitais tiveram alta em abril

Em abril, o custo da cesta básica subiu em todas as 18 capitais analisadas pela Pesquisa Nacional da Cesta Básica, divulgada hoje (7), pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

As altas mais expressivas ocorreram em Campo Grande (10,07%), São Luís (7,10%) e Aracaju (4,94%).

A cesta mais cara do país foi a de São Paulo, onde o conjunto de alimentos essenciais custava, em média, R\$ 522,05, seguida pela cesta do Rio de Janeiro, R\$ 515,58, e de Porto Alegre, R\$ 499,38. As cestas mais baratas, em abril, eram as de Salvador, R\$ 396,75, e Aracaju, R\$ 404,68.

Nos primeiros quatro meses de 2019, todas as cidades analisadas pela pesquisa apresentaram alta acumulada. Os maiores aumentos foram observados em Vitória (23,47%) e Recife (22,45%). O menor aumento acumulado ocorreu em Florianópolis, com alta de 5,35%.

**Salário mínimo** - Com base na cesta mais cara do país, observada em São Paulo, o valor do salário mínimo em dezembro, necessário para suprir as despesas de um trabalhador e de sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, seria de R\$ 4.385,75, o que equivale a 4,39 vezes o valor do salário mínimo atual, de R\$ 998,00.

*Fonte: Agência Brasil*



## Indicadores de mercado de trabalho apresentam piora

Os dois indicadores do mercado de trabalho da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apresentaram piora na passagem de março para abril deste ano. O Indicador Antecedente de Emprego (Iaemp), que busca antecipar as tendências do mercado de trabalho para os próximos meses, com base na opinião de consumidores e de empresários da indústria e de serviços, recuou 1 ponto no período.

Com essa, que foi a terceira queda consecutiva, o indicador passou para 92,5 pontos, em uma escala de zero a 200, o menor nível desde outubro do ano passado. Em três meses, o Iaemp acumula perda de 8,6 pontos.

Já o Indicador Coincidente de Desemprego, que mede a percepção dos consumidores sobre o mercado de trabalho atual, subiu 0,7 ponto de março para abril e chegou a 94,8 pontos, em uma escala invertida de zero a 200. Nessa escala invertida, quanto maior a pontuação, pior é o resultado.

*Fonte: Agência Brasil*



## Empregado com filho com deficiência terá prioridade para marcar férias

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal aprovou nesta terça-feira (7) um projeto de lei que estabelece que o empregado que tenha filho com deficiência terá preferência para marcar suas férias de forma a fazê-las coincidir com as férias escolares do filho. O texto segue para análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo.

Segundo a autora do PL1.236/2019, senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), a proposta está diretamente relacionada com a ideia de desenvolvimento de uma política pública de inclusão das crianças, adolescentes e jovens com deficiência no ensino regular.

Ao ler seu parecer favorável ao projeto, a relatora, senadora Leila Barros (PSB-DF), afirmou que a iniciativa é louvável e necessária para garantir — tanto da escola quanto dos pais — atenção especial às pessoas com deficiência. Ela apresentou emenda para trocar a palavra “filho” do projeto original para “pessoa com deficiência sob sua guarda ou tutela”.

— Tais pessoas, muitas vezes crianças e jovens, demandam, ao longo do ano letivo, especial atenção, não raro individualizada, do educador e do sistema de ensino, processo que, com frequência, acaba por sofrer brusca interrupção durante as férias escolares, porquanto nem todos os responsáveis têm condições financeiras de arcar, nesse interregno, com as despesas inerentes ao seu acompanhamento, havendo ainda a dificuldade de encontrar mão de obra especializada para a tarefa — explicou a senadora.

*Fonte: Agência Senado*

## Auxílio a vítimas de Brumadinho não pode excluir outros benefícios

O auxílio emergencial pecuniário estabelecido pela Medida Provisória (MP) 875/19 para as vítimas do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG) não pode levar à perda do direito a outros meios de complementação de renda disponíveis. Este é o entendimento dos participantes de audiência pública, nesta terça-feira (7), da comissão mista que analisa a MP.

O texto estabelece auxílio de até um salário mínimo destinado pela mineradora Vale a todos os habitantes de Brumadinho, que já está sendo pago por meio de acordo. O defensor público federal Renan Vinícius Sotto Mayor frisou, porém, que não se pode “dar com uma mão e tirar com a outra”, o que pode ocorrer se o auxílio se tornar um obstáculo ao recebimento cumulativo, por exemplo, do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

No seu entendimento, o auxílio previsto na MP deve ser pago não em parcela única, mas em várias parcelas enquanto durar a necessidade. Ele também comparou Brumadinho com a tragédia em Mariana (MG), quando também foi estabelecido auxílio financeiro emergencial às vítimas.

*Fonte: Agência Câmara*

## **BOLETIM CONTRICOM**

Presidente

**ALTAMIRO PERDONÁ**

Secretário Geral

**MIRALDO VIEIRA DA SILVA**

Secretário de Finanças

**AROLD PINTO GARCIA**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**WILSON GERALDO SALES DA SILVA**

Redação e Edição

**INSTITUTO DOIS CANDANGOS**